

Em Nampula

# Negócio de notas agita "3 de Fevereiro"

Savana  
25/11/94  
p. 17

Por Marcelino Silva

**Nos últimos cinco anos, a compra de notas de passagem de classe pegou moda em vários estabelecimentos de ensino no país, pena não haver estatísticas indicando quantos estudantes transitam anualmente nestas condições, tornando-se péssimos profissionais. Mais grave ainda ao tratar-se do ensino técnico-profissional.**

Na cidade de Nampula, despoletou agora o famoso caso de compra de notas por um aluno da Escola Industrial e Comercial "3 de Fevereiro" depois da encarregada de educação descobrir que o seu educando não tinha notas para ir ao exame. Ela optou por transferi-lo rapidamente para a Escola Industrial e Comercial de Quelimane, antes do fim do ano, depois do assunto ter sido bem arrumado. A professora, Beatriz Alexandre Tivane, contou que a história começa na altura em que a encarregada de educação, Saidata Fátima, apercebeu-se que o seu educando Saide Abdala Abdurremene, do terceiro ano de electricidade teve uma média de 4,7 valores.

Saidata Fátima dirigiu-se à casa da professora para negociar a questão e promete, a ela, a troca de valores pelo dinheiro caso fosse rectificar a pauta e o aluno prestasse provas. Na altura, não revelou o montante, diz a docente, mas "eu não aceitei a proposta. Prontifiquei-me, sim, em ajudar o aluno a assistir as aulas do curso nocturno e posteriormente faria exames como extra, sem nenhum condicionalismo. Consultei o sector

pedagógico ao que me disse ser impossível, e parei por aí".

Beatriz acrescentou que, dias depois se apercebeu de que Saide seria transferido para a Escola Industrial e Comercial de Quelimane com todas as notas positivas. "Fui a Escola" 3 de Fevereiro" e encontrei o processo do estudante sobre a secretária do dactilógrafo e pedi-lhe para que me mostrasse as informações pedagógicas depois de tudo aprontado. Comuniquei ao director da Escola, mas ele disse ser impossível a transferência dum estudante sem o despacho. Dias depois, insisti na questão, e disse-me que estava a investigar o assunto.

A transferência acabou por ocorrer com as informações pedagógicas falsificadas em três disciplinas, nomeadamente: Medidas eléctricas, Redes e Fundamentos de electrónica, as quais custaram um milhão e quinhentos contos, para obter Nove, oito vírgula quatro e Dez valores, respectivamente. O estudante teve o seguinte aproveitamento, nestas disciplinas e, pela mesma ordem, cinco, seis vírgula quatro e sete valores, apenas.

Os professores das disciplinas em causa tiveram

acesso às informações pedagógicas, através dum esquema por eles montado, antes do estudante arrancar para Quelimane e exigiram ao director da "3 de Fevereiro", Paulo Manuel Bernardo, para que lhes mostrasse o dossiê acompanhante ao aluno. Passou um mês e finalmente o director exibiu-lhes um dossiê falso que afirmara ter recebido de Quelimane, porque na sua escola não havia nenhuma cópia sobre o mesmo, por via MS dos correios de Moçambique.

A partir desta altura, os professores das disciplinas cujas notas foram vendidas, passaram a envolver o seu director no negócio.

É citado o director como tendo afirmado que não houve fraude. O SAVANA quis ouvir Bernardo, ao que disse não ter sido autorizado pela Direcção Provincial de Educação de Nampula a falar do assunto. O dactilógrafo da Escola, Virgílio Leveque, encarregue deste trabalho não hesitou em afirmar que foi o director-adjunto que lhe disse para falsificar as notas nas informações pedagógicas que seguiram a Quelimane e "tive que cumprir as ordens do meu chefe".

Em Quelimane, o SAVANA contactou a direcção da Escola Industrial e Comercial onde o aluno está já a estudar e pediu as informações que acompanham o estudante ao que lhe foi impedido. Entretanto, o director-adjunto pedagógico da "3 de Fevereiro" em Nampula recusa ter ordenado a falsificação das notas. Curiosamente reconhece dois aspectos: o facto de as informações pedagógicas que acompanharam a transferência do estudante serem falsas e de ele ter assinado mais um professor, responsável

administrativo da escola o dossiê do estudante.

Num desabafo, referiu que a Direcção Provincial de Educação não lhe paga, desde os princípios do ano, os doze tempos semanais que ele lecciona equivalentes a um salário dum professor a tempo inteiro. Seria esta a razão da venda de notas académicas? "Não. Só estou a dizer como as coisas andam mal cá na escola e na direcção provincial". Todas as tentativas de contacto com a encarregada de educação foram impossíveis.

O director provincial-adjunto de Educação, Alfredo Nahia, diz ter falado com Saidata Fátima a qual afirmou que o seu marido desembolsou um milhão e quinhentos contos, montante entregue ao filho para resolver o caso das três disciplinas. Ajuntou que a encarregada simulou uma transferência para Quelimane como pretexto de transferência igualmente do educando na tentativa de evitar o chumbo que se abeirava. A direcção provincial já tomou medidas em relação ao caso de negócio de notas a saber:

— Exonerar de funções o director-adjunto pedagógico o professor Luís Sassunta Supera, e lhe instaurar o processo disciplinar. O administrativo, Agostinho Mavembo, por ter disponibilizado a viatura da escola para fins indevidos, ao transportar a encarregada de educação da escola para ir buscar um documento falso, a ele cabe uma repreensão escrita. Quanto ao aluno, agora a estudar em Quelimane, deverá decretar a reprovação. Estas medidas vão ser anunciadas nos princípios da próxima semana.

O director da Escola Industrial e Comercial 3 de Fevereiro,

apesar de ter sido alertado sobre a falsificação das notas antes da consumação do facto, continua na sombra, o que criará, entre os colegas, após a divulgação das medidas, um mau estar, comentou um funcionário da Direcção Provincial de Educação.

## Como andam as coisas

Vista a escola por dentro, faz-se uma outra leitura, concluindo-se mesmo ser muito vulnerável ao comércio de notas. Durante o nosso vai e vém a "3 de Fevereiro" estava naquilo que seria designado por Conselho de Notas. Nos corredores da escola, uma multidão de estudantes conversa com este e aquele professor para cravar mais um valor para ir ao exame folgadoamente. Os outros estão aflitos e pedem um empurrão para chegar a "final" e tentar a sorte. Nisto há docentes que vão cedendo, os mais fracos, e questionam "e depois como é que ficámos? Logo encontramos-nos na casa W ou K". Tudo é tratado no máximo segredo, mas os bem atentos vão se apercebendo da história. Um professor experiente abana a cabeça ao olhar pelo corredor que dá acesso a sala dos professores e não diz nem uma única palavra a acompanhar o gesto.

Na prática, não houve Conselho de Notas por que cada professor chegava a escola para preencher a pauta sozinho, passando por baixo do Diploma ministerial que aprova o regulamento dos Conselhos de Notas nos estabelecimentos de ensino público de todos os níveis à excepção do superior, datado de 15 de Junho deste ano. De entre vários artigos do diploma atropelados figura o número um que diz que "O Conselho de Notas é uma reunião que tem por objectivo proceder a análise e discussão de problemas pedagógicos e organizacionais dos alunos". O outro, também passado por baixo com ou sem o consentimento dos docentes é o terceiro, que dá poderes ao director da escola a autorizar um professor a ausentar-se do Conselho de Notas após este o ter solicitado 72 horas antes. Num quadro preto da sala dos professores, um anúncio dizia: "Gratifica-se bem a quem localizar e trazer o professor Eugénio A. Comentando o anúncio, um seu colega disse que o docente não comunicou naquele dia a sua ausência e precisava-se dele para lançar as notas na pauta. Motivo para questionar até que ponto as coisas andam neste ensino técnico-profissional. ■